



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2025

Solicita ao Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Lupi, informações sobre o esquema criminoso de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Lupi, pedido de informações sobre o esquema de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No dia 23 de abril de 2025, foi deflagrada uma operação conjunta da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União com o objetivo de desarticular um esquema nacional de descontos não autorizados aplicados sobre benefícios previdenciários, sobretudo aposentadorias e pensões. De acordo com a investigação, estima-se que cerca de R\$ 6,3 bilhões tenham sido indevidamente subtraídos dos beneficiários por meio da cobrança irregular de contribuições associativas e sindicais, com uso de assinaturas falsificadas.

Um dos sindicatos investigados, que teria recebido R\$ 77,1 milhões em 2024, tem entre seus dirigentes o irmão do atual Presidente da República. Os fatos revelam possíveis falhas graves de fiscalização, controle interno e responsabilização administrativa no âmbito do INSS e do Ministério da Previdência Social.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito as informações abaixo discriminadas, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério reconheçam como relevantes para a compreensão dos fatos:

1. Quais os critérios normativos e procedimentos utilizados para autorizar descontos associativos ou sindicais nos benefícios





CÂMARA DOS DEPUTADOS

previdenciários? Existe exigência de consentimento expreso, renovação periódica ou mecanismo de validação da autorização?

2. Quais controles internos existiam no INSS para prevenir, detectar e apurar irregularidades em descontos sobre benefícios? Por que não foram eficazes?
3. Solicito a cópia integral dos convênios, contratos, termos de cooperação ou instrumentos congêneres firmados entre o INSS ou o Ministério da Previdência Social e os sindicatos ou entidades que estão entre os alvos da operação.
4. Gentileza apresentar uma relação detalhada de todos os repasses realizados entre 2019 e 2024 a essas entidades, discriminando valores, datas, fontes orçamentárias e finalidade dos pagamentos.
5. Quais medidas foram adotadas pelo Ministério da Previdência ou pelo INSS após a identificação das fraudes?
6. Quantos servidores foram afastados por decisão interna e quantos por ordem judicial? Quais funções exercem ou exerciam no período dos fatos investigados?
7. Quais providências estão sendo tomadas para ressarcir os aposentados e pensionistas prejudicados?

JUSTIFICAÇÃO

Por meio de ação conjunta da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, foi deflagrada uma operação criminosa envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e entidades sindicais, a partir da constatação de descontos indevidos realizados sobre os benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas. Conforme apurado, foram subtraídos aproximadamente R\$ 6,3 bilhões por meio da cobrança não autorizada de mensalidades associativas e contribuições sindicais¹. Os beneficiários foram lesados sem sequer terem conhecimento das filiações ou autorizações para tais descontos, muitos dos quais viabilizados por meio da falsificação de assinaturas.

¹ <https://www.estadao.com.br/economia/operacao-pf-fraude-inss-presidente-afastado/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Um dos sindicatos investigados, que recebeu R\$ 77,1 milhões apenas no ano de 2024, tem como vice-presidente um irmão do atual Presidente da República². Tal fato, por si só, impõe a necessidade de rigor e transparência redobrados na apuração, tanto para resguardar a imparcialidade das investigações quanto para proteger o interesse público.

O caso, além de impactar diretamente milhões de beneficiários da Previdência Social, compromete a credibilidade do Estado na gestão de suas políticas públicas e impõe à Câmara dos Deputados o dever de exercer plenamente sua competência constitucional de fiscalização financeira e controle da administração pública federal.

As informações requeridas são indispensáveis para esclarecer os vínculos administrativos e financeiros mantidos entre o INSS e as entidades sindicais investigadas; apurar os fluxos de repasses e os fundamentos normativos que os ampararam; conhecer as providências adotadas após a deflagração da operação e, sobretudo, compreender quais medidas estão sendo implementadas para ressarcir os prejudicados e impedir a repetição de práticas semelhantes.

Tendo em vista o papel fiscalizador do parlamento sobre a atuação governamental, encaminho os questionamentos acima com o objetivo de trazer maior compreensão sobre os fundamentos dessa decisão.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2025.

Deputado NIKOLAS FERREIRA
PL/MG

² <https://noticias.r7.com/prisma/natalia-martins/sindicato-de-irmao-do-presidente-lula-e-alvo-da-pf-por-fraudes-no-inss-23042025/>

